

A comunicação pública como estratégia de empoderamento do cidadão.

Por Silmara Helena Pereira de Paula.

As instituições públicas têm papel essencial no empoderamento do cidadão e na consolidação de uma sociedade mais democrática e participativa. Nesse contexto, a comunicação torna-se uma ação estratégica.

Isso porque cabe à comunicação e aos profissionais que atuam nessa área nas mais diversas instâncias do Estado garantir o direito do cidadão à informação, à transparência e à efetiva participação nos espaços de debate e decisão.

Não é fácil.

Em primeiro lugar, há pouca compreensão sobre qual a função da comunicação feita pelas organizações governamentais. Não é raro, por exemplo, eu ter de explicar o que eu faço diariamente como assessora de imprensa do Poder Legislativo Municipal.

Muitas pessoas desconhecem o potencial de comunicação de uma Câmara Municipal e como isso é feito na prática.

Antes, porém, é importante retomar o conceito de comunicação pública e compreender que esse assunto é tema de pesquisas e teses acadêmicas. Tem muita ciência na comunicação também e olhar por essa perspectiva tira o trabalho da comunicação daquela ideia mais reducionista de elaborar texto, fazer registros fotográficos e postagens nas redes sociais. Comunicação exige estudo e planejamento.

Para delimitar a ideia vou trazer o conceito definido por ¹Heloíza Matos: “comunicação pública é um processo de comunicação instaurado na esfera pública que engloba o Estado, o Governo e a Sociedade em um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do País”.

¹ MATOS, Heloíza. **Comunicação pública, esfera pública e capital social**. IN: DUARTE, Jorge (Org). Comunicação Pública: Estado, Sociedade, Mercado e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009

No Poder Legislativo, espaço “natural” do debate público, a comunicação atua no sentido de estimular a participação popular e o interesse das pessoas em acompanhar, entender e influenciar o trabalho parlamentar. Isso passa pela utilização da tecnologia, que permite a transmissão das sessões ao vivo, por exemplo, mas também por uma decisão política: de possibilitar que os debates em Plenário ocorram em horário noturno ou mais adequado para a população.

Outro ponto essencial do trabalho é a utilização de uma linguagem simples que permita a qualquer pessoa o entendimento do processo legislativo e, dessa forma, consiga aproximá-lo de quem não integra a estrutura de poder.

Mas o assunto mais relevante que, nós, cidadãos e cidadãs, deveríamos observar e ficarmos atentos refere-se à elaboração e à votação do orçamento municipal. E aí o trabalho da comunicação também é fundamental, pois deve apresentar as leis orçamentárias à sociedade e chamá-la ao debate, criando estratégias para facilitar o acesso a dados e informações.

O que não está no Orçamento não é prioridade e seria um ganho para toda a cidade se quem mora nela pudesse se juntar de forma efetiva à discussão sobre como e onde o deve ser investido o dinheiro público.

Fazer comunicação tendo como prioridade o cidadão - seja no Legislativo ou nos demais poderes – Executivo ou Judiciário – é imperativo para que tenhamos um País mais democrático. Um Estado sem investimento em comunicação pública é um Estado de viés autoritário. E uma comunicação fechada em si, apenas valorizando aspectos institucionais ou pessoais, também perde sua função.

A comunicação feita pelos órgãos do Estado quando focada no cidadão torna-se um processo educativo e de empoderamento.

O início é sempre o da divulgação das informações. O próximo passo é entender para quem a gente faz comunicação. Quem está do outro lado. Depois é estimular, e despertar o interesse das pessoas pela política através do diálogo. Sem diálogo não há comunicação. Nem pessoal. Nem institucional e muito menos pública.

Portanto, há muito trabalho a ser feito pelos comunicadores que atuam no setor público. Há muitos desafios a enfrentar, inclusive, a descrença na política e na representatividade.

Além do entendimento que comunicação pública não se esgota na mera transmissão de informação, é necessário esforço constante para que a comunicação seja reconhecida como política de Estado, que ultrapasse as gestões e escape das relações patrimonialistas, ainda muito presentes na gestão pública no Brasil.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, no entanto, cresce a compreensão da sociedade e de profissionais da área sobre a comunicação pública.

Em livro publicado no ano de 2017, intitulado ²*Comunicação Pública Governamental: aprender para transformar*, abordo a necessidade de as universidades valorizarem o aprendizado da comunicação voltada ao setor público e preparar os profissionais para atuar nessa tarefa.

A Associação Brasileira de Comunicação (ABC Pública) vem fazendo um excelente trabalho de formação e aperfeiçoamento do serviço de comunicação pública no Brasil e colocando o assunto em pautas em seminários, congressos e eventos das mais diversas áreas, resultando em um grande caldo de cultura e entendimento.

Estamos avançando. E iremos avançar ainda mais. Quem faz comunicação pública precisa ser persistente. E acreditar que a transformação de uma sociedade começa pela superação do medo da participação popular e do diálogo com o povo.

² PAULA, Silmara Helena Pereira de. **Comunicação Pública Governamental: aprender para transformar**. Shuriken. 2017.